

É possível controlar as fronteiras amazônicas

O pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas, Geraldo Cavagnari, diz que as fronteiras amazônicas do Brasil não estão bem protegidas, mas que as Forças Armadas, se dotadas de recursos, estão tecnicamente bem preparadas para vigiar aquela região. Diz, ainda, que a criação da Secretaria Nacional Antidrogas é um grande passo no combate ao narcotráfico

Lucita Briza, especial para o JT



Quem é Geraldo Cavagnari

Nome: Geraldo Lesbat Cavagnari Filho
Local e data de nascimento: Paranaguá (PR), 1934
Estado civil: casado, três filhos, dois netos
Formação: bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Curitiba; oficial de Artilharia pela Academia Militar de Agulhas Negras e curso avançado de Artilharia pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; curso de Altos Estudos Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e curso de Inteligência Estratégica na Escola Nacional de Inteligência
Atividade profissional: fundador, ex-diretor e pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp; professor convidado do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Ex-professor na Escola de comando do Estado Maior do Exército, ex-chefe da seção de Inteligência do Estado Maior da VI Região Militar, oficial superior da sub-chefia de Estratégia do Estado Maior do Exército.
Obras Publicadas: *Brasil: Introdução ao Estudo de uma Potência Média* (Revista Brasileira de Política Internacional, 1984); *Autonomia Militar e Construção de Potência* (cap. em *As Forças Armadas no Brasil*, 1987); *Brasil-Argentina: Autonomia, Estratégia e Cooperação militar* (revista Política e Estratégia, 1988); *Estratégias de Defesa* (revista Premissa, 1994); *Pesquisa e Tecnologia Militar* (cap. do livro Ciência e Tecnologia no Brasil, 1994)

Com as investidas do narcotráfico na Amazônia brasileira e a intensificação da luta armada entre governo e guerrilha na Colômbia, que tipo de proteção oferecem nossas fronteiras contra o risco do avanço de ambas sobre nosso território?

As fronteiras amazônicas do Brasil não estão bem protegidas, apenas precariamente protegidas. Só poderemos confiar numa proteção relativa quando estiver implantado o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), reativado o Projeto Calha Norte e modernizadas as Forças Armadas. A implantação do Sivam sofreu atraso por causa da crise econômica e o conflito colombiano está sendo o motivo alegado para recuperação do tempo perdido. O Projeto Calha Norte, criado para estimular a vigilância das fronteiras e a ocupação da Amazônia, foi desativado na área civil, mas não na área militar: foram criados os pelotões de fronteira. Creio que nossas Forças Armadas, se dotadas dos recursos necessários, estão tecnicamente preparadas para vigiar a fronteira e repelir qualquer ameaça à soberania e à integridade territorial do Brasil na região. E com a criação da Secretaria Nacional Antidrogas foi dado um passo significativo no combate ao narcotráfico.

Que recursos estão faltando na área militar?

Recursos materiais e financeiros para a compra de equipamentos e armamentos, e modernização do apoio logístico.

Quais os pontos mais vulneráveis de nossa fronteira setentrional?

Essa fronteira, ao longo da região do Projeto Calha Norte, tem 6.761 km de extensão: vai de Tabatinga, no Amazonas, à foz do Oiapoque, no Amapá. Só a fronteira com a Colômbia tem 1.643 km e é sistematicamente violada pelo narcotráfico por via fluvial ou aérea, porque os instrumentos de controle sobre ela são precários.

Qual o nível de vinculação entre a guerrilha colombiana e o narcotráfico?

Não há interesses convergentes entre ambos. Nem a guerrilha é um braço armado do narcotráfico: o que ela quer é derrubar o governo e tomar o poder, enquanto os narcotraficantes querem segurança para seus negócios de produzir e vender cocaína. Aliás, se a guerrilha for bem-sucedida em seu propósito, o narcotráfico deverá ser implacavelmente perseguido pelo governo implantado pelos rebeldes vitoriosos.

De onde, então, surgiu a propalada aliança entre as duas partes?

A vinculação existente não surgiu de um entendimento bilateral, mas de uma imposição da guerrilha: a cobrança de um "imposto" pago pelos traficantes, mas também por comerciantes, pecuaristas e madeireiros em atividade na área de ação dos rebeldes. Portanto, a imposição não se restringe aos produtores de coca, e o narcotráfico apenas se submeteu à regra para não ter de combater simultaneamente em duas frentes: contra a guerrilha e contra as forças de segurança do Estado colombiano.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), maior grupo guerrilheiro do país, advertiram que se os EUA transformarem o auxílio que dão ao país para o combate ao narcotráfico em auxílio para o combate à guerrilha, a região se transformará em "um novo Vietnã".

Descarto como possibilidade real a hipótese de "um novo Vietnã". Os Estados Unidos poderão conceder ajuda financeira às operações de contraguerrilha, mas não deixarão de ajudar no combate ao narcotráfico. E, por enquanto, estão determinados a não intervir diretamente na Colômbia.

Há risco de surgir uma guerrilha brasileira na Amazônia?

Ainda não estão ali presentes as condições políticas necessárias à sua emergência: não existe nenhum movimento social organizado que pregue a conquista do poder pela violência. Por ora, o que vejo como risco potencial é o de parte da Amazônia, próxima da fronteira com a Colômbia, tornar-se santuário da guerrilha colombiana.

O governo brasileiro está disposto a isto?

Se o Brasil quer consolidar sua liderança no processo de integração regional, teoricamente estaria também disposto a assumir a liderança sugerida por Chávez. Mas, na realidade, nosso país não tem demonstrado disposição de assumir esta liderança. Por enquanto, o Brasil só investe numa liderança que não implique riscos e custos: todas as vezes em que se deparou com situações de risco, a diplomacia brasileira justificou a passividade invocando respeito a princípios. No caso da Colômbia, a cautela brasileira se apóia nos princípios da não intervenção e da solução pacífica dos conflitos. No entanto, a liderança brasileira na América Latina só se imporá se o País demonstrar vontade em assumir riscos.

A proposta para uma integração latino-americana, que é a de Hugo Chávez, é a da formação de um tipo de federação dos países sul-americanos e do Caribe e de uma frente comum contra a exploração dos países ricos. As pretensões brasileiras coincidem com tal proposta?

Não sei até que ponto Chávez está sendo fiel a essa proposta bolivariana. Quanto às pretensões brasileiras, creio que não coincidem com ela. Embora o Brasil considere o processo de integração sul-americano um projeto político, a ênfase maior tem sido dada à integração econômica, tendo em tese como paradigma o processo europeu de integração. Na medida em que se assemelhar a este processo, obviamente os propósitos políticos ficarão para um futuro não imediato.

Quais os objetivos dos EUA ao aumentar em cinco vezes a ajuda ao Brasil para o combate ao narcotráfico, e tentar promover uma aproximação entre o seu comando militar para as Américas e as Forças Armadas brasileiras?

A aproximação tem a sua lógica, não pelo fato de o Brasil ter uma fronteira extensa com a Colômbia, ou a Amazônia ser uma das principais vias do narcotráfico, mas porque o Brasil é efetivamente a potência regional na América do Sul. É claro que tal aproximação pode ser feita com quaisquer forças armadas sul-americanas, mas a sua lógica impõe necessariamente a aproximação com a potência mais forte. Além disso, o Brasil tem Forças Armadas adestradas para o combate na selva. Obviamente, os EUA estão determinados a não perder o controle – inclusive o controle militar – sobre nossa região no pós-guerra fria, e procuram legitimar sua hegemonia nas Américas mediante novos mecanismos e procedimentos de controle...

Tais como?

Como o estabelecimento de conferências periódicas dos ministros de Defesa das Américas, e a criação em Washington, nos anos 90, do Centro Hemisférico para Estudos de Defesa, dedicado a formar lideranças civis e militares latino-americanas. A nova estratégia de formar também civis no Centro foi adotada após os EUA intuírem que alguns Estados latino-americanos, como o Brasil, estão criando, com seus ministérios de Defesa, uma burocracia civil apta a administrar assuntos segurança e defesa.

A Colômbia constitui hoje o pólo principal do conflito regional, mas qual a avaliação brasileira do que acontece em termos de narcotráfico e guerrilha nos demais vizinhos, principalmente Peru, Bolívia e Equador?

Na América Latina, a Colômbia é o único país que está aumentando a produção de cocaína: em 1998, seu crescimento foi de 28%, enquanto decresceu 25% na Bolívia e no Peru. Nesse mesmo ano, o cultivo da folha de coca caiu 26% no Peru e 17% na Bolívia. A guerrilha no Peru está sendo golpeada pelas forças de segurança – que não lhe dão trégua e a mantêm sob controle. Na Bolívia e no Equador, ela não é significativa; e na Venezuela, o movimento insurrecional Movimento Revolucionário Bolivariano 200 tornou-se governo, eleito democraticamente. Enfim, em toda a América do Sul, apenas na Colômbia a guerrilha está sendo bem-sucedida por causa da ajuda do narcotráfico, a um governo fraco e a Forças Armadas incompetentes.

A polícia federal está fiscalizando os barcos que transportam mercadorias no Alto Amazonas, tentando evitar o abastecimento da guerrilha colombiana a partir do Brasil. A estratégia funciona, ou vai apenas prejudicar a população ribeirinha?

Os suprimentos da população colombiana da região vêm, na maior parte, da Colômbia. Fechar a fronteira só vai dificultar o suprimento da guerrilha, não significa que a população local vá morrer de fome.

Analistas acham que o Brasil deveria deixar a posição de "continente à parte" e desempenhar na questão colombiana um papel importante, de contrapeso aos EUA – enfatizando sua posição contrária à intervenção militar norte-americana.

Ao rejeitar qualquer inter-

venção militar na Colômbia, a posição brasileira está se afirmando discretamente. Mas sem dúvida a atuação diplomática tem sido insuficiente e existe uma situação de impasse: os EUA determinados, por enquanto, a não intervir, mas tentando induzir a intervenção com forças armadas sul-americanas; e os países sul-americanos – com exceção da Argentina – rejeitando qualquer intervenção, inclusive a dos EUA. Tal situação não contribui para a solução da crise, mas convém esclarecer que, para o Brasil, a melhor alternativa não é a de assumir o papel de contraponto aos EUA e, sim, a de buscar maior liberdade de ação nas relações com os EUA.

O presidente venezuelano Hugo Chávez sugeriu que o Brasil assumisse a liderança na defesa da re-